

1



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Conselho Municipal de Educação



2

3

## ATA DA 9ª NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BIÊNIO 2022/2023

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

Aos vinte (20) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se a 9ª (nona) Reunião Extraordinária (RO) do Conselho Pleno (CP), de forma presencial, na Sala dos Conselhos, na sede da Secretaria Municipal de Educação, na Rua Carmela Dutra, nº 475, Agriões, Teresópolis – RJ. **I- ABERTURA** - Primeiro item – **1.** Palavra da Conselheira Presidente Amanda Carvalho Oliveira Rebelo de Albuquerque, que tendo observado o quórum mínimo para o início da reunião, às 09h23min (nove horas e vinte e três minutos), abriu a sessão dando boas-vindas aos conselheiros presentes e declarou assim, iniciada a nona reunião extraordinária, com os seguintes conselheiros representantes: **do Poder Executivo Municipal** – Carla da Silveira Ribeiro, Eduardo de Lima Duarte, Tania Augusta de Oliveira, Roberta Montello Amaral; **dos Representantes dos Profissionais da Educação** – Amanda Carvalho Oliveira Rebelo de Albuquerque, Carlos Renato de Castro Souza, e Laura Cristina Granja da Motta; **dos Representantes da Comunidade Organizada** - Pedro Eugênio de Carvalho e Thiago Ferreira Duque. Justificamos a ausência das Conselheiras Juliet Caldas da Silva e Janaína Amorim Dionízio por falta de comunicação, pois o preenchimento do cadastro das conselheiras foi posterior emissão da convocatória. Justificou também a Conselheira Rafaella Loureiro Cassara de Castellammare por compromissos pessoais. A Presidente Amanda Albuquerque solicitou iniciar a pauta pelo item **3.** do **II- INFORMES** Falou que foram compilados os estudos feitos desde agosto do ano passado e o desdobramento desses estudos se deu o 1º Fórum de Segurança Pública nas Escolas. Foram chamados as pessoas que são da competência de proteção das crianças, porque precisamos ter maior amparo para que as coisas funcionem de fato e tentamos evitar as sequelas, porque esses comportamento são sequelas de uma falta de equipamento funcionando, ainda foi elucidado que a criança passa a ser adolescente a partir de 12 (doze) anos completos. A Presidente Amanda Albuquerque falou que logo depois do Fórum o Ministério da Educação lançou uma Cartilha de orientações que está muito parecida com tudo o que foi compilado no Fórum. O que ficou do Fórum foram algumas propostas que são desdobramentos do que tem na legislação e do que está na Rede de Proteção, a Presidente Amanda Albuquerque trouxe para os conselheiros essas propostas para que se discutisse e fossem enviadas as autoridades competentes a Conselheira Laura Motta perguntou se quando foram enviados convites para os Sindicatos, e se haviam mandado para o SEPE e perguntou se havia mandado via e-mail. A Presidente Amanda Albuquerque respondeu que enviou para todos os sindicatos via e-mail e por Whatsapp. A Conselheira Laura Motta falou que então, houve falha de comunicação interna do Sindicato. A Presidente Amanda Albuquerque mostrou a lista de presença do Fórum. O Conselheiro Carlos Renato Souza perguntou se era possível compilar as orientações e mandar via e-mail para os conselheiros, a presidente Amanda Albuquerque explicitou que seria mostrado naquele momento. Aproveitando a ocasião, ela mostrou parte de um vídeo da sessão da Câmara Municipal, de 18/04/23, onde o Vereador Paulinho Nogueira questionou ao Presidente da Câmara, Leonardo Vasconcelos, se a Casa havia sido convidado para o Fórum. O Presidente da Câmara Leonardo Vasconcelos respondeu ao Vereador, falando que o Conselho Municipal de Educação tem se mostrado competente e atuante e parceiro presente naquela casa, que havia sido enviado convite para todos os vereadores, mas que ele, por questões de saúde, não havia transmitido esse convite. A presidente Amanda Albuquerque questionou a fala do Vereador Paulinho Nogueira dizendo que na

46 gestão passada a Vereadora Erika Marra se apresentou ao Conselho como Presidente da Comissão  
47 de educação para estreitar o relacionamento entre as instituições e participou muito assiduamente  
48 durante todo o ano dos eventos do Conselho, A presidente Amanda Albuquerque falou que nesse  
49 ano o Conselho não recebeu comunicado sobre a nova composição da comissão, apenas o  
50 comunicado da Vereadora Erika Marra que estava se desligando da Comissão. A Presidente Amanda  
51 Albuquerque sugeriu que se emita um ofício, para entrega em mãos, primeiramente justificando a  
52 falta de endereçamento a presidência da Comissão de Educação, dada a ausência de apresentação ao  
53 Conselho Municipal. A Presidente Amanda Albuquerque completou que os convites enviados foram  
54 com o texto padrão, contudo especificamente, o da Câmara, foi solicitado sua leitura na Plenária do  
55 dia 11(onze) de abril, o inteiro teor do ofício para que todos os edis estivessem cientes do evento.  
56 No entanto, a presidente do CME informou a justificativa pelo Presidente da Câmara Leonardo  
57 Vasconcelos que havia dito que não poderia ler porque seria o dia da aprovação de contas do  
58 executivo e que procederia com a leitura na próxima reunião. Concluído o tema do ofício, a  
59 Conselheira Laura Motta retomou sobre o Fórum, apontando que entende que, da mesma forma que  
60 vamos trabalhar a questão do regimento escolar com discussões dentro das Unidades Escolares, que  
61 seria também interessante que houvesse a discussão dentro das Unidades Escolares sobre a  
62 Segurança de acordo com cada realidade uma vez que cada unidade tem características específicas,  
63 a Conselheira Laura Motta justifica que se houvesse também um representante de cada escola seria  
64 melhor para trabalhar o tema segurança na escola. A presidente Amanda Albuquerque esclareceu  
65 que haverá desdobramentos do Fórum, entre eles, será uma Cartilha que servirá de base para  
66 formações das Unidades Escolares, onde a partir deste material que compila órgãos, procedimentos  
67 e legislação, cada Unidade terá a possibilidade de ajustar a sua realidade dentro de um parâmetro  
68 legal da LDB, ECA e as resoluções dos desdobramentos Estaduais e Municipais. A presidente  
69 Amanda Albuquerque esclareceu ainda que independentemente de onde a escola está, se na zona  
70 urbana ou rural, por exemplo, que existem coisas que são comuns a todas, e precisa estar ali  
71 compilado. Essa Cartilha será compartilhada para todas as escolas do Sistema de Ensino do  
72 município (Públicas e Privadas). Dando continuidade, a Presidente Amanda Albuquerque,  
73 apresentou a parte teórica compilada, e em seguida apresentou as Propostas, onde a primeira sugere  
74 a criação de um Comitê Intersetorial no Município, nos mesmos moldes e parâmetros do Estado,  
75 onde contemplaria: As secretarias de; Governo, Segurança Pública, Educação, Desenvolvimento  
76 Social, Ciência e Tecnologia. Os Sindicatos da área de educação, Os Conselhos que estão ligados a  
77 essa rede de proteção. O judiciário através do Ministério Público, Vara da Infância. Ainda as  
78 instituições que integram essa rede: Batalhão de Polícia Militar, Conselho Tutelar, Câmara  
79 Municipal, representante de Escolas Particulares (autorizadas), para que se contemple todas as  
80 representatividades, cada um com uma cadeira. A Conselheira Laura Motta questionou se haverá  
81 suplente para essas cadeiras, porque se preocupa caso o Titular não esteja disponível no momento  
82 das reuniões. A presidente Amanda Albuquerque perguntou se os Conselheiros concordavam com a  
83 primeira proposta e também com a suplência da cadeira para que evite a falta de representatividade.  
84 Todos Concordam com a 1ª proposta. Seguindo para a segunda proposta que sugere a  
85 implementação do Programa Previsto em lei Municipal Nº 4.161/2022 com a criação de visitações às  
86 famílias, que estão em descumprimento de dispositivo legal no que se pese sobre a presença escolar,  
87 este programa seria por tempo determinado, através de contratação temporária emergencial por 10  
88 meses de trabalho efetivo por anual. Vislumbrando que em um prazo de 5 (cinco) anos, crie-se um  
89 hábito local, onde este programa ao final do quinto ano já não seja mais necessário. Com isso, em  
90 valores atuais, teríamos um impacto orçamentário de R\$1.095.00,00 (Um milhão e noventa e cinco  
91 mil) aproximadamente, para dez meses/ano. A Lei Orçamentária de 2023 não tem essa previsão de  
92 execução, contudo é previsto o remanejamento justificável de orçamento. Sabendo-se que  
93 orçamento é prerrogativa do poder executivo, foi sugerido pela presidente, aos conselheiros, a  
94 solicitação de uma agenda com o Prefeito. Todos os Conselheiros concordam. A Presidente Amanda  
95 Albuquerque destacou que, na legislação supracitada sobre as visitações, o texto diz que o

96 orçamento é subsidiado pela educação, e que seria necessária uma parceria com a Secretaria de  
97 Desenvolvimento Social para que com a ampliação deste programa, o município passe a abarcar  
98 também o ensino médio, por seu um programa de monitoramento de proteção a criança e o  
99 adolescente, ficando convencionado pelo plenário que essa possibilidade também seria levada ao  
100 executivo. Seguindo para a terceira proposta onde destacou-se a priorização da Educação Infantil  
101 através da construção do “Plano Municipal da Educação Infantil-Creche”, onde em parceria com o  
102 Governo Federal, buscará Projetos para que se amplie os subsídios, objetivando qualidade do ensino  
103 na Educação Infantil. Tal proposta é baseada em uma política que já está em 613 (seiscentos e treze)  
104 municípios e que está se expandindo pelo Brasil, e já apresentado melhores resultados no  
105 desenvolvimento de anos de escolaridades seguintes a Educação Infantil. Tal documento  
106 necessariamente precisará ser construído pelos profissionais que atuam na Educação Infantil, pelo  
107 Conselho Municipal de Educação e pela Secretaria Municipal de Educação. Aproveitando o tema, a  
108 presidente Amanda Albuquerque discorreu sobre parte da reunião com o Promotor, Dr. Rafael  
109 Lemos, onde foi abordado pontos do TAC, onde sobre a criação das vagas de creche, ele entende  
110 que a possibilidade que está na meta 1 do Plano Municipal de Educação contempla esta modalidade  
111 de ensino, tanto no período integral como em tempo parcial. Ele justifica esse formato, para famílias  
112 que não precisam de tempo integral, em detrimento das que precisam, a presidente Amanda  
113 Albuquerque diz que é um assunto que se precisa estudar nessa construção do Plano, em especial o  
114 quanto de vagas integrais precisam ser resguardadas. A Conselheira Laura Motta diz que fica  
115 preocupada, porque não é condicionante a vaga da creche ao responsável está trabalhando. O  
116 Conselheiro Thiago Duque falou que existe uma pontuação para esses responsáveis, e que as vagas  
117 em creche são hoje distribuídas assim: 50 % critérios e 50% sorteio. A Presidente Amanda  
118 Albuquerque falou que é preciso estudar esse plano de uma forma que acabe com a fila das vagas.  
119 Entende que que berçário e maternal não são passíveis de período parcial, pois a criança demanda  
120 mais tempo no cuidado. Talvez o Jardim possa ser parcial. Tal proposta foi anuída por todos os  
121 Conselheiros sendo esse estudo encaminhado para a CEIEF. Continuando, a Presidente Amanda  
122 Albuquerque passou para a quarta proposta onde aponta o cumprimento da lei Estadual 8716/2020  
123 que autoriza o Poder Executivo a determinar a elaboração de plano para rota de fuga e afins em  
124 situações de emergência, onde “(...) O plano de rota de fuga deverá ser formulado por profissionais  
125 da área de segurança, conforme as diretrizes da Norma regulamentadora NR-23 do Ministério do  
126 Trabalho e Emprego, das instruções técnicas do Corpo de Bombeiro do Estado do Rio de Janeiro e  
127 demais indicações técnicas.” Ficando definido pelo colegiado a necessidade de sinalizar para o  
128 Prefeito que há uma legislação que prevê uma capacitação e que nós gostaríamos que ele  
129 providenciasse isso com a máxima urgência. O Conselheiro Carlos Renato de Castro Souza  
130 questionou que como irão pedir para o Prefeito providenciar, se não há projeto, precisamos amarrar,  
131 fazer um esboço com estudo na CEIEF. A presidente Amanda Albuquerque pergunta se todos os  
132 Conselheiros concordam com os estudos, salientando que tal prerrogativa não é de competência  
133 deste colegiado, mas que hoje a qualificação dos integrantes viabiliza esse estudo. Todos  
134 concordaram, passando para a quinta e última proposta que seria a implantação de um aplicativo  
135 (APP) que conecte, em tempo real, os seguintes órgãos, Educação, Segurança Pública, Saúde e  
136 Judiciário. A Conselheira Tania Augusta exemplificou, “tipo um APP de alarme”. A Presidente  
137 Amanda Albuquerque perguntou a Conselheira Roberta Amaral se a FESO não poderia ajudar nessa  
138 proposta, solicitando aos estudantes da área, a criação desse APP, trazendo assim a Academia para  
139 parceria com o Conselho Municipal. A Conselheira Roberta Amaral afirmou que seria viável. A  
140 Presidente Amanda Albuquerque destaque que, com a parceria da Academia, ultrapassa o obstáculo  
141 do custo operacional. Todos os Conselheiros concordaram. Seguindo com a pauta, a conselheira e  
142 presidente Amanda Albuquerque, solicitou a inversão de pauta para o item **III- ORDEM DO DIA**  
143 **tópico 2** para fazer a eleição do Vice-Presidente, para não perdesse o quórum e aproveitar o maior  
144 número de conselheiros para que se preservasse as diversidades de candidaturas e a lisura do ato.  
145 Esclareceu que a conselheira Marilene Vidal que era Vice-Presidente pediu desligamento, o que

146 ocasionou essa vacância. O Conselheiro Thiago Duque indicou o conselheiro Pedro Eugênio de  
147 Carvalho (representante das escolas particulares e com acento da sociedade civil) para Vice-  
148 Presidente para completar o mandato do Biênio 2022/2023, o que foi anuído por unanimidade pelos  
149 conselheiros presentes. A Presidente Amanda Albuquerque retoma voltando ao início da pauta em:  
150 **II -INFORMES** tópico 1. Considerações sobre o V Fórum Nacional de Presidente dos Conselhos  
151 Municipais de Educação e I Seminário Nacional do CACS-Fundeb. O Congresso foi para os  
152 presidentes/conselheiros de CACS e CMEs, onde um dia foi inteiramente dedicado para o CACS e  
153 os outros dois foram dedicados para falar das experiências do CME. Uma das metas muito  
154 debatidas foi a implementação do Sistema Nacional de Educação uma vez que os municípios já  
155 possuem. Foi falado muito sobre o fortalecimento das Políticas Municipais através do Sistema  
156 Nacional, a questão da Creche que está agregada a esse desenvolvimento do Sistema, que tem  
157 muitos Municípios que estão adotando selo de autorização, que nada mais é que um selo fornecido  
158 pelo Conselho que tem um QRCODE e leva você direto a publicação do Diário Oficial pra que o  
159 pai tenha acesso a todas as informações sobre as autorizações. Aproveitando o assunto, abordou  
160 também o item 4, onde foram pontuadas as questões da segurança de dados, pela Lei Federal e pela  
161 Lei Municipal que está sendo implementada neste (sobre o controle de dados LGPD). Onde teremos  
162 que ter mais zelo na anonimização de dados sensíveis que constarão em atas e nos documentos  
163 expedidos pelo CME. Passando para o tópico 2, a Presidente Amanda Albuquerque colocou que na  
164 reunião com o MP entregou o quantitativo de professores, de crianças matriculadas, agentes de  
165 creche e pots fazendo papel de professor em sala de aula, de forma tabulada, porque na conversa  
166 sobre o TAC e ele solicitou que tivéssemos esses dados. Dr. Rafael Lemos destacou que é preciso  
167 abrir mais vaga de creche, e nós apontamos que há questões estruturais muito sérias, podendo  
168 destacar a situação da C.M Menino Jesus. O promotor pediu a formalização da denúncia, no entanto  
169 foi ponderado que o assunto seria levado para a decisão do colegiado. Salientamos que as creches  
170 antigas possuem problemas de estrutura e as inauguradas deficiência de mão de obra. Colocou-se  
171 que a situação de precariedade na estrutura influencia na violência, pelo fato de as crianças não  
172 serem acolhidas em um ambiente propício. O Conselheiro Carlos Renato Souza perguntou se o  
173 executivo sabia disso. A conselheira Tânia Augusta respondeu que o setor pedagógico acompanha  
174 os projetos, o processo ensino-aprendizagem e solicita profissionais. O Conselheiro Thiago Duque  
175 levantou a questão do edital do concurso de professores. O Conselheiro Carlos Renato concluiu  
176 então que o pedagógico fez a sua parte e então o assunto teria de ser desdobrado. a Presidente  
177 Amanda Albuquerque solicitou um adendo, tendo em vista que em uma reunião interna com as  
178 presidências dos conselhos de educação a Chefe do Setor administrativo da SME Aline Quaglio e a  
179 Subsecretária e conselheira suplente Laís Cury que a empresa que está disponível ao município para  
180 que possa fazer pequenos reparos em escolas tem apresentado preços exorbitantes para a prestação  
181 de serviços, e que a SME pondera pela economicidade do recurso público. O Conselheiro Carlos  
182 Renato reafirmou que as situações prediais se não competem ao pedagógico, devem ser então  
183 acionados o MP para que dê seguimento às ações necessárias para que esse quadro de desestrutura  
184 mude. O Conselheiro Thiago Duque perguntou se o levantamento foi passado para o executivo. Que  
185 entende que deve ser pontuado sobre as urgências e solicitado uma resposta com prazo. Caso não  
186 seja respondido ou respondido de forma inapropriada, então ser encaminhado para os órgãos  
187 competentes, por exemplo, a vigilância sanitária para a questão do esgoto que transborda dentro de  
188 uma creche. A Presidente Amanda Albuquerque leu o levantamento que feito através das diligências  
189 nos dias 04/04/2023 e 05/04/2023. Pontuou que a nova creche José Maria Leitão não tem nenhum  
190 professor para o seguimento creche, na Creche Allayde não tem professor, e a Direção está com  
191 uma matrícula em sala de maternal, contudo, com desestrutura nas demais turmas, que não  
192 consegue se dedicar a sua turma de forma exclusiva pois precisa atender as demandas das demais.  
193 Citou também, a exemplo das EMOT, que estamos seguindo um padrão inadequado, pois conforme  
194 o seguimento de educação integral, destacando que não nega os bons resultados que as EMOTs têm  
195 gerado, mas que é um serviço divulgado (propaganda) que não se entrega, conforme apontado em

196 procedimento próprio. Foi questionado sobre a questão do material de limpeza ao Conselheiro  
197 Eduardo Duarte, que além de representante do executivo, é chefe do Setor de Patrimônio, que  
198 contempla licitações dentro da SME, o mesmo esclareceu que os processos administrativos abertos  
199 em outubro do ano passado foram todos arquivados pelo setor de Administração da PMT, e que  
200 agora o administrativo estava tentando fazer registro em ata. A conselheira Laura Motta expôs toda  
201 a problemática falando da situação da falta de limpeza, que o diretor não tem material de limpeza,  
202 não tem repasse por conta das reestruturações das UExs., que a escola precisa fazer rifa para ver se  
203 levanta dinheiro para a compra de sabão em pó, que os POTS desenvolvem o trabalho do professor  
204 em sala de aula, qual a formação desse pessoal? A questão do pedagógico que está sendo  
205 desenvolvida mas pelos POTS, é isso que está sendo questionando aqui. A Presidente Amanda  
206 Albuquerque fez uma colocação ao Conselheiro Eduardo Duarte, que esse pudesse verificar junto a  
207 Secretária Satielle Santos, a possibilidade verificar junto ao Administrativo da PMT, ou até mesmo  
208 com o Prefeito Vinicius Claussen, dentro dos recursos da educação, de arrecadação própria, se  
209 existiria alguma possibilidade de uma liberação emergencial de GFED para as creches, a princípio,  
210 para a aquisição de material de limpeza. O Conselheiro Eduardo Duarte respondeu que montou um  
211 processo em 2021 e só agora conseguiu, que vai fazer um processo e adiantar pra ela. Esclareceu  
212 que algumas ações já foram tomadas e que esse erro de falta de material não foi da educação. Mas  
213 agora tem que solucionar o problema. A presidente Amanda falou para dar uma prioridade para as  
214 creches que estão no momento precisando muito mais que as escolas, porque lá as crianças estão  
215 mais vulneráveis em muitos sentidos. Outra coisa que a Presidente pontuou que a administração  
216 precisa capacitar os diretores, em especial os novatos. Muito não sabem o que estão fazendo, tem  
217 apoio que está saído da limpeza pra ficar na sala de aula em creche. Creche com criança cadeirante  
218 sem acessibilidade. A Conselheira Laura Motta diz que falamos, pontuamos, mas com uma grande  
219 preocupação. O nosso trabalho aqui é pela qualidade da educação. A Conselheira Carla Ribeiro  
220 falou que as supervisoras estão fazendo um relatório detalhado sobre todas as creches e EMOTS,  
221 justificou a demora pela demanda de outros serviços e também disse que vai sair um relatório  
222 completo, falou que está finalizando, justificou que tem processos antigos pra ver, tem FICAI e  
223 outras demandas, por isso esse trabalho fica mais demorado. A Conselheira Tania Augusta reforça  
224 que quando entramos em um cargo acabamos herdando demandas antigas, que Pedagógico é um  
225 herdeiro, que a atual equipe está atundo tão somente desde janeiro. A Conselheira Carla Ribeiro  
226 retomou a fala e disse que no ano passado foi com Eduardo Duarte visitar algumas creches, nós  
227 vimos as demandas mais emergenciais e que o setor de patrimônio fez aquilo que podia ser feito,  
228 como, por exemplo, “uma rampinha, umas coisinhas que davam pra fazer”, pontuando as principais  
229 demandas que poderiam ser solucionadas rapidamente. A Presidente Amanda Albuquerque ressalta,  
230 que com o relatório da SME em mãos poderá comparar ambos os registros de forma a ratificar  
231 inclusive as fotos que foram retiradas *in loco*. O Conselheiro Thiago Duque pontuou que o intuito  
232 não foi o de denunciar, o assunto da reunião gerou a conversa e diante das situações expostas o  
233 Promotor perguntou se queriam fazer a denúncia, e entendemos que há caminhos a seguir, iniciando  
234 aqui no Colegiado, o que foi anuído plenamente pela presidente e demais conselheiros. A presidente  
235 Amanda Albuquerque passa para o tópico **5, já que os tópicos 3 e 4 já foram contemplados no**  
236 **início desta reunião**, passou a falar do ofício que havia chegado solicitando um representante para  
237 a Comissão de Avaliação e Monitoramento do PME e que respondemos que, conforme já deliberado  
238 na primeira reunião do dia 12/04/2022, o nome que será indicado é o da presidente para essa  
239 comissão. Em seguida, abordou o tópico **1.1** do item **III- Ordem do dia**, formulário de atendimento  
240 **n.8-B** do Colégio Único que requisita informação de abertura de espaço recreativo. Essa é uma  
241 outra discussão que preocupa esse colegiado, pois o Município precisa criar Legislação para definir  
242 Espaço Recreativo, porque locais particulares estão se apropriando do CNAE de espaço recreativo  
243 para atuarem como locais onde a criança fica mais tempo do que na escola pública integral, sem  
244 atentar a questão pedagógica e a orientadora de Ensino Integral, sem poder ser fiscalizada por este  
245 conselho, ficando a responsabilidade do Município, através também da Câmara de Vereadores que

246 se regulamente, nesse Município, o que é um Espaço Recreativo. Opinou-se por marcar uma  
247 reunião com o Presidente da Câmara de Educação. Seguindo para o tópico **1.2**, Formulário de  
248 Atendimento **n. 14/2023** A representante da OPUS, juntamente com a advogada, compareceram ao  
249 CME para serem esclarecidas quanto a proibição do uso do 2º andar da instituição de ensino, por  
250 força do contrato de locação. A representante legal se comprometeu a adequar-se retirar os arquivos  
251 usuais referentes aos alunos. Também se comprometeu a e entrega, em 10 dias, os documentos para  
252 abertura de processo de cadastro de nova equipe, que já ultrapassou o prazo desde sua notificação.  
253 Quanto a emissão dos históricos do 2º ano 2022, uma vez que a unidade funcionou sem autorização  
254 para o ano de escolaridade, a Conselheira Carla Ribeiro disse que fez todos os para regularização da  
255 vida escolar dos alunos, via supervisão municipal. A Presidente Amanda Albuquerque destacou  
256 que a constância da unidade em descumprir os prazos acabará acarretando a suspensão da  
257 autorização de funcionamento. Será notificada, a instituição, para no prazo de 10 dias que apresente  
258 o quadro da equipe técnica. Passando para o Tópico **1.3**, formulário de atendimento **n. 15/2023**,  
259 Representante do Colégio Ponto de Apoio entregou a cópia da nova Matriz Curricular do Ensino  
260 Fundamental, devidamente registrada em Cartório, a Matriz já está em vigor, pois a escola fez a  
261 modificação em 5 de novembro de 2022, o que procedeu pelo arquivamento junto aos documentos  
262 da instituição. Passando para o **IV Assuntos Gerais**, conselheiro Thiago Duque pediu a palavra  
263 para falar sobre uma palestra que fez pelo Conselho Tutelar sobre Bullying, lá o Professor Felipe, da  
264 Diretoria do SEPE se colocou dizendo que as escolas precisam de um Orientador Educacional,  
265 porque depois da pandemia as crianças estão precisando de uma pessoa para dar esse suporte, falou  
266 que o Estado tinha esse profissional na sua grade de trabalhadores. A Presidente Amanda  
267 Albuquerque falou esse cargo foi suprimido, que não tem mais esse cargo e preciso recriá-lo. A  
268 conselheira Laura Motta disse que antigamente havia esse cargo de Orientação Educacional. O  
269 Conselheiro Thiago Duque falou que a partir do surgimento dessa demanda importante, que o  
270 Conselho possa pensar no que se pode fazer. A presidente Amanda Albuquerque conclui que é  
271 preciso fazer uma solicitação para a Secretaria e para a Câmara dos Vereadores, e se for o caso para  
272 a Administração ou Controladoria se há uma previsão de Lei Complementar ou modificativa dos  
273 cargos da Educação. O Conselheiro Eduardo Duarte diz que é melhor só notificar a Secretaria de  
274 Educação e o Legislativo. A Conselheira Laura Motta complementa que com isso em mãos,  
275 podemos sugerir o retorno do Orientador Educacional, que é de suma importância. O Conselheiro  
276 Thiago Duque falou que é preciso fazer uma ponte também com a Lei Federal que coloca uma  
277 Assistente Social e uma Psicóloga em casa descola, é preciso cobrar isso. A Presidente Amanda  
278 Albuquerque falou que já foi pedido isso anteriormente, vai ofício, e que ainda está em negociação,  
279 porque esbarra no teto de gasto. Com isso a CME fez uma interlocução entre UNIFESO e a SME,  
280 para que trouxesse pra dentro das escolas os estagiários de Psicologia para que eles pudessem fazer  
281 um trabalho nas escolas, mesmo entendendo que isso seria apenas um paliativo. A Conselheira  
282 Carla Ribeiro diz que nesse caso é preciso um Preceptor, e não temos esse preceptor, mas já estamos  
283 fechando isso com o UNIFESO. O Conselheiro Carlos Renato Souza falou que participou da  
284 construção do PCCR onde foi levantado exatamente esta inclusão de OE e OP e funções, não existe  
285 funções se não tiver concurso, o que gera um grande desafio, então tem que ter o concurso para  
286 lotar nessas funções. O PCCR já está pronto, e já tem essas funções previstas nele. Dando  
287 continuidade aos assuntos gerias, a presidente Amanda Albuquerque falou que recebemos uma  
288 visita de seis Agentes de Creche, eles trouxeram uma questão que eles estão discutindo via  
289 Sindicato , sobre a equiparação do salário de professor , já que eles estão exercendo a função deles,  
290 houve uma discussão sobre isso e depois ocorreu um desdobramento que nos preocupou bastante  
291 sobre a questão da merenda na creche , onde foi trazido por representantes de creches distintas que  
292 o café da manhã e o lanche da tarde não estão compatíveis com o quadro nutricional do que é  
293 esperado na realidade, e muitas vezes não estão no cardápio. Outra coisa que foi falada foi a questão  
294 das repetições, que as vezes por eles serem pequeninos não dá tempo de fazer a repetição e as  
295 crianças depois ficam chorando com fome. Isso deverá se desdobrar para o CAE. Foi perguntado

296 para o Pleno se eles concordavam em officiar o CAE, para que ele inicie as visitas nas escolas dando  
297 prioridade para as creches para fazer observação do cardápio e do valor nutricional das  
298 alimentações, bem como do quantitativo. Todos concordaram com o ofício para comunicar o CAE.  
299 Assim sem mais assuntos gerais a presidente deu por encerrada a plenária. E nada mais tendo a  
300 acrescentar, eu Lilianne Marie Jaron da Costa, secretária geral do Conselho Municipal de Educação,  
301 lavrei a presente ata que vai por mim datada e assinada, juntamente com os demais conselheiros  
302 presentes. Teresópolis, vinte de abril de dois mil e vinte e três. \_\_\_\_\_.

303

304 Conselheiros presentes:

305 Amanda Carvalho Oliveira Rebelo de Albuquerque \_\_\_\_\_

306 Carlos Renato Castro de Souza \_\_\_\_\_

307 Carla da Silveira Ribeiro \_\_\_\_\_

308 Eduardo de Lima Duarte \_\_\_\_\_

309 Laura Cristina Granja da Motta \_\_\_\_\_

310 Pedro Eugênio de Carvalho \_\_\_\_\_

311 Roberta Montelo Amaral \_\_\_\_\_

312 Thiago Ferreira Duque \_\_\_\_\_

313 Tania Augusta de Oliveira \_\_\_\_\_